



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

RAFAEL AUGUSTO CONCEIÇÃO MARTINS

**OPINIÃO PÚBLICA E TOLERÂNCIA POLÍTICA NO BRASIL: o caso do direito de
manifestação dos produtores do agronegócio.**

Belém - Pará
2025

RAFAEL AUGUSTO CONCEIÇÃO MARTINS

**OPINIÃO PÚBLICA E TOLERÂNCIA POLÍTICA NO BRASIL: O CASO
DO DIREITO DE MANIFESTAÇÃO DOS PRODUTORES DO AGRONEGÓCIO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais.

Orientador Prof. Dr. Gustavo César M. Ribeiro.

Belém - Pará
2025

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C744o Conceição Martins, Rafael Augusto.
OPINIÃO PÚBLICA E TOLERÂNCIA POLÍTICA NO
BRASIL: o caso do direito de manifestação dos produtores do
agronegócio. / Rafael Augusto Conceição Martins. — 2025.
25 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Gustavo César M. Ribeiro
Trabalho de Conclusão (Graduação) - Universidade Federal do
Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Faculdade de
Ciências Sociais, Belém, 2025.

1. Polarização política; Tolerância política; Agronegócio;
Ideologia; Opinião pública.. I. Título.

CDD 320.04

RAFAEL AUGUSTO CONCEIÇÃO MARTINS

OPINIÃO PÚBLICA E TOLERÂNCIA POLÍTICA NO BRASIL: o caso do direito de
manifestação dos produtores do agronegócio.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade
Federal do Pará, como requisito parcial para
obtenção do grau de Bacharel em Ciências
Sociais.

Data de aprovação ___/___/___

Conceito:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gustavo César M. Ribeiro (Orientador)
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Lucas Toshiaki Archangelo Okado
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Marcos Felipe Rodrigues de Sousa
Universidade Federal do Pará

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta trajetória acadêmica representa não apenas o fim de uma etapa, mas também a soma de esforços, incentivos e apoio de pessoas fundamentais ao longo desse percurso. Expresso minha mais profunda gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço imensamente à minha mãe, Maria Madalena Costa Conceição, pelo amor incondicional, incentivo e ensinamentos que sempre nortearam minha caminhada. À minha esposa, Vanessa Lima Lopes, pelo companheirismo, paciência e apoio inabalável em todos os momentos. À minha irmã, Rita de Cássia Conceição Maufa, e a toda a minha família, pelo suporte constante, acreditando sempre no meu potencial e me motivando a seguir adiante.

Um agradecimento especial aos meus amigos Rodrigo Brito, Juliana Ferreira, Alice Correia e Samara Melo, que foram parceiros fundamentais nessa jornada acadêmica, compartilhando desafios, conquistas e aprendizados, tornando essa caminhada mais leve e enriquecedora.

Também não poderia deixar de expressar minha gratidão ao meu orientador, Gustavo Ribeiro, por sua incansável disponibilidade, paciência e orientação precisa ao longo de todo o desenvolvimento deste trabalho. Sua dedicação e conhecimento foram essenciais para a concretização deste estudo.

Além disso, agradeço a todos os professores e colegas de curso que contribuíram com suas reflexões e discussões enriquecedoras, tornando minha formação acadêmica ainda mais significativa. À instituição de ensino, pelo suporte e recursos oferecidos, que possibilitaram a realização deste estudo.

Por fim, sou grato a todos que, direta ou indiretamente, participaram dessa trajetória, ajudando-me a crescer não apenas como acadêmico, mas também como pessoa. Este trabalho é resultado de um esforço coletivo e, sem cada um de vocês, nada disso seria possível.

RESUMO

Nos últimos anos, o Brasil tem passado por uma crescente polarização política e intensificação dos conflitos ideológicos. Este artigo tem como objetivo analisar como a população brasileira percebe o direito de manifestação dos produtores rurais do agronegócio. Para isso, foram utilizados dois bancos de dados, mapeamento de informações e testes de hipóteses. Os resultados da pesquisa demonstram que a tolerância política no Brasil está diretamente relacionada às percepções ideológicas dos indivíduos. Dessa forma, conclui-se que o debate sobre tolerância política passa, necessariamente, pela compreensão das dinâmicas da opinião pública e das influências ideológicas que a atravessam.

Palavras-chave: Polarização política; Tolerância política; Agronegócio; Ideologia; Opinião pública.

ABSTRACT

In recent years, Brazil has experienced growing political polarization and intensifying ideological conflicts. This article aims to analyze how the Brazilian population perceives the right of agribusiness rural producers to protest. To achieve this, two databases, data mapping, and hypothesis testing were utilized. The research results demonstrate that political tolerance in Brazil is directly related to individuals' ideological perceptions. Thus, it is concluded that the debate on political tolerance necessarily involves understanding the dynamics of public opinion and the ideological influences that shape it.

Keywords: Political polarization; Political tolerance; Agribusiness; Ideology; Public opinion

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 O agronegócio no contexto Brasileiro	11
2.2 Tolerância política, opinião pública e o agronegócio	14
3. METODOLOGIA	16
4. RESULTADOS	17
4.1 Dados descritivos	17
4.2 Cruzamentos e testes de hipóteses	20
5.0 CONSIDERAÇÕES FINAIS	21
6.0 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	24

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o Brasil tem vivenciado uma crescente polarização política, caracterizada por conflitos ideológicos que se manifestam em diferentes esferas sociais. Eventos como os protestos de 2013, o impeachment de 2016 e as eleições presidenciais de 2018 e 2022 acirraram divisões entre grupos de direita e esquerda, dificultando o diálogo e a cooperação (RIBEIRO; FUKS, 2019).

Nesse cenário, o agronegócio, um dos principais setores econômicos do país, ocupa um papel central nos debates sobre desenvolvimento e sustentabilidade. A inserção dele nas discussões políticas é frequentemente marcada, por um lado, por tensões entre diferentes atores em seu interior, opondo, por exemplo, grandes exportadores e pequenos agricultores. Por outro, há também conflitos entre agentes ligados ao agro e ambientalistas, refletindo disputas políticas amplificadas pela mídia e pelas redes sociais.

Tendo em vista essa problemática, este artigo objetiva investigar a opinião pública sobre o agronegócio através das variáveis tolerância política e ideologia, buscando analisar como as associações entre elas influenciam as percepções da sociedade brasileira em relação à liberdade de expressão dos produtores rurais. Para tanto, foram realizados testes de associação entre as variáveis de interesse a partir dos dados da Pesquisa de Valores e Atitudes Ambientais na Amazônia (PVAAA), realizada pela Universidade Federal do Pará (UFPA) em 2024.

O propósito, portanto, é o de analisar as interseções entre opinião pública, ideologia e tolerância política, buscando compreender como essas dimensões moldam as percepções públicas sobre um direito fundamental nas democracias. Tal abordagem destaca a relevância do tema no cenário contemporâneo, considerando os desafios impostos pela disseminação de narrativas polarizadoras e a necessidade de soluções que equilibrem desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental. No contexto atual de intensos debates políticos e sociais no Brasil, onde a polarização ideológica tem dificultado o diálogo entre diferentes grupos sociais, se faz uma análise sobre o direito de manifestação dos produtores do agronegócio, se ele é aceito ou não.

Além desse primeiro objetivo, é importante ter em vista as próprias percepções do público brasileiro acerca do agronegócio. Embora esse setor tenha um apelo público abrangente,

dada sua importância econômica e seus esforços de comunicação e publicidade, pouco se sabe sobre como a opinião pública brasileira recebe o seu discurso público.

Por isso, o presente artigo busca analisar evidências de opinião pública sobre o setor ao se debruçar sobre alguns dados disponíveis em levantamentos realizados por institutos de pesquisas comerciais. Sendo assim, serão analisadas duas questões presentes em pesquisa realizada pelo Datafolha/Brasil em agosto de 2019, disponível no Centro de Estudos de Opinião Pública/CESOP. A pesquisa aborda a opinião pública sobre diversos temas do cenário brasileiro naquele período. Nelas, questiona-se, em primeiro lugar, se o agronegócio precisaria de mais espaço para produzir, mesmo se isso implicasse em ocupar algumas áreas de floresta. Em segundo, avalia-se os níveis de concordância acerca da noção de que o agro se preocupa com o meio ambiente.

Este trabalho busca investigar como a opinião pública brasileira vê o agronegócio, buscando, assim, fechar uma lacuna relevante na literatura. Além disso, o estudo oferece uma contribuição relevante para a literatura ao explorar como a opinião pública se molda em relação ao nível de tolerância política sobre o agronegócio, tema ainda pouco abordado em análises acadêmicas. Em um momento em que a polarização é amplificada pela disseminação de desinformação e narrativas simplistas, compreender o impacto do conhecimento sobre o que a população brasileira pensa sobre esse setor, e sobre suas atitudes públicas, torna-se crucial.

Os resultados dessa pesquisa deixam evidente que a opinião pública brasileira pertencente ao agronegócio é profundamente influenciada por fatores como ideologia política, tolerância e percepção sobre o meio ambiente. Os dados analisados revelam que há uma divisão clara em como diferentes grupos observam o setor: ao mesmo tempo que uma parte da população, mais ligada a ideologias conservadoras, tende a enxergar o agronegócio como uma engrenagem essencial para o desenvolvimento econômico, grupos com inclinações progressistas demonstram maior preocupação com os danos ambientais da atividade.

Além disso, os resultados apontam que a aceitação do direito de manifestação dos produtores rurais diverge conforme o espectro político, com um maior apoio vindo de indivíduos de direita e uma maior resistência entre aqueles que se identificam com a esquerda. O estudo também sugere que a população está dividida quanto ao compromisso do agronegócio com a sustentabilidade, refletindo a influência da polarização política nas visões públicas sobre o setor. Diante disso, torna-se evidente a necessidade de um debate mais equilibrado e menos

polarizado, que permita a conciliação entre o desenvolvimento econômico e a preservação ambiental, garantindo espaço para diferentes vozes dentro da democracia brasileira.

O artigo está estruturado em cinco seções. A introdução apresenta o problema de pesquisa e sua relevância no contexto atual. A revisão de literatura aborda conceitos de polarização política, tolerância e o papel do agronegócio no Brasil. Na metodologia, descreve-se a abordagem utilizada e as características das pesquisas DATAFOLHA e PVAAA. Os resultados são discutidos à luz das variáveis analisadas, destacando tendências e implicações. As considerações finais retomam a questão de pesquisa, avaliam as hipóteses e propõem caminhos para debates futuros, enfatizando a necessidade de políticas públicas que conciliem desenvolvimento e sustentabilidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Agronegócio no Contexto Brasileiro.

O agronegócio, um dos principais pilares da economia brasileira, é também alvo de debates importantes, principalmente no que diz respeito à sustentabilidade e aos impactos ambientais. Quando falamos em agronegócio, estamos falando de um sistema que une a agricultura e os negócios, abrangendo atividades como o cultivo de grãos, frutas, legumes e a produção animal. Essa dimensão tão ampla demonstra a importância do setor para o país.

Historicamente, no Brasil, o agronegócio começou a se estruturar ainda no século XIX, com a expansão da produção de café, movida pelo trabalho de imigrantes, mas também marcada pela herança da escravidão. Nesse período, o controle do setor era predominantemente familiar, concentrado em oligarquias regionais (BITTENCOURT; ROMANO; CASTILHO, 2022).

No contexto nacional, o agronegócio começou a se expandir entre as décadas de 1950 e 1960, inicialmente concentrado nas regiões Sul e Sudeste. A partir da década de 1970, essa expansão alcançou outras áreas do país, como o Cerrado, no Centro-Oeste. Esse avanço foi possibilitado pelo progresso tecnológico, que permitiu a adaptação de produtos a diferentes condições climáticas, transformando terras antes improdutivas em áreas férteis (GOMES, 2019).

Além disso, fatores como condições nacionais favoráveis, tecnologias avançadas, abundância de terras e mão de obra barata foram determinantes para o crescimento do setor, segundo Lourenço e Lima (2029). No entanto, a expansão do agronegócio trouxe impactos

ambientais significativos, que são interpretados de forma divergente pela sociedade. A conversão de áreas florestais em lavouras agrícolas altera profundamente os ecossistemas originais, provocando mudanças químicas, biológicas, físicas e morfológicas no solo. Outro fator relevante é o uso excessivo de agrotóxicos, que representa uma ameaça considerável aos recursos naturais, gerando críticas de grupos e movimentos sociais.

Por outro lado, empresários e setores, da agropecuária defendem o agronegócio como um dos principais motores do PIB brasileiro, argumentando que os impactos ambientais são um preço necessário para o crescimento econômico. De fato, o setor tem um peso significativo na economia, representando cerca de 25% do PIB, segundo o CEPEA (2022, apud CASTRO, 2022). No entanto, esse número considera apenas a matéria-prima, sem incluir etapas como o processamento industrial. Além disso, a contribuição do agronegócio é variada: aproximadamente 6% vem da agropecuária, 25% da agroindústria, 45% de serviços e 5% de insumos para o campo (BARROS, 2022). No mercado de trabalho, responde por cerca de 20% dos empregos no país, com maior concentração na agropecuária (47%), seguida pelos serviços (32%) e agroindústria (21%).

Esse cenário reforça a complexidade do setor, que, apesar da sua relevância econômica, enfrenta o desafio de garantir a segurança alimentar para uma população crescente sem comprometer o meio ambiente e a saúde da população (ASSAD et al., 2012, apud PRESTES et al., 2018).

Já a organização política do agronegócio começou a se intensificar em 2010, momento em que seus agentes passaram a se articular de forma mais estruturada para influenciar a agenda pública. Um dos principais objetivos era aumentar o controle sobre terras da União, o que gerou embates com grupos como indígenas, quilombolas e populações tradicionais (POMPÉIA, 2020).

Um marco importante nesse contexto foi o embate em torno do Código Florestal. A proposta de anistiar desmatadores e reduzir as proteções ambientais gerou controvérsias, ao mesmo tempo em que associações como a União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia - UNICA estreitavam laços com parlamentares do agronegócio, consolidando sua força política (POMPÉIA, 2020).

As transformações no campo também acompanharam mudanças na terminologia. Durante a ditadura militar, nos anos 1970, surgiu o conceito de “agricultura moderna”, que

buscava integrar tecnologia e produtividade no setor rural. Nos anos 1980, esse termo evoluiu para “agroindustrial” e, posteriormente, para “agronegócio”, refletindo a crescente internacionalização e o peso econômico do setor. Essa transição teve apoio de entidades como a Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG, que ajudaram a consolidar o uso da palavra (BITTENCOURT; ROMANO; CASTILHO, 2022).

Essas questões, longe de serem apenas econômicas, mostram como o agronegócio brasileiro é um campo de disputas políticas e sociais, onde interesses regionais e institucionais moldam o futuro do país. As narrativas construídas ao longo do tempo refletem tanto as potencialidades quanto as desigualdades intrínsecas ao setor.

Os estudos sobre o agronegócio brasileiro têm se concentrado, majoritariamente, em compreender a sua influência nas políticas públicas e a atuação dos seus representantes como grupos de pressão. Autores como Pompéia (2020) destacam o papel das associações de produtores, como a Ampa e a Aprosoja-MT, que, desde os anos 2000, ampliaram suas relações com parlamentares e consolidaram sua presença no Congresso Nacional, formando uma bancada que tem deliberado sobre questões fundamentais para o setor, como o Código Florestal e a posse de terras.

Essas articulações evidenciam como o agronegócio se tornou um ator político de destaque, moldando decisões legislativas e promovendo alianças estratégicas com empresas e instituições. No entanto, embora essas análises explorem amplamente a dimensão política do setor, a discussão sobre como esses movimentos impactam outras esferas, como a percepção pública e os desafios sociais, ainda carecem de aprofundamento.

Apesar da relevância do agronegócio para a economia e política brasileira, ainda há uma lacuna significativa no debate acadêmico: a ausência de estudos que investiguem a opinião pública sobre o setor. Enquanto há um volume considerável de pesquisas voltadas para a influência do agronegócio nas políticas públicas e no fortalecimento de grupos de pressão, pouco se sabe sobre como a sociedade percebe esse setor.

É essencial que novos artigos se debrucem sobre esse tema, buscando compreender as narrativas construídas pela população, os fatores que moldam essas percepções e como elas podem influenciar as decisões políticas e econômicas relacionadas ao agronegócio. Por isso é necessário este artigo, para que faça esse debate entre a opinião pública e o agronegócio.

2.2 Tolerância Política, Opinião Pública e o Agronegócio: Conflitos, Percepções e Desafios

A tolerância política é um elemento essencial em uma democracia funcional, permitindo que diferentes grupos sociais coexistam e expressem suas opiniões em um ambiente de respeito mútuo. No entanto, no Brasil, a crescente polarização política tem tornado a coexistência pacífica um desafio. Esta dinâmica se torna particularmente relevante ao analisar a opinião pública em relação ao agronegócio. Estudos como os de Ribeiro e Fuks (2019) apontam que a tolerância política é um pilar das democracias, mas estudos sobre o tema frequentemente ignoram as interações entre ideologia política e setores estratégicos.

A percepção da população, influenciada por desigualdades regionais e informações disseminadas, pode determinar a aceitação ou rejeição das práticas e manifestações dos produtores. A literatura afirma que a tolerância política pode ser condicionada por uma combinação de fatores, incluindo ideologia política, níveis de informação e questões socioeconômicas (RIBEIRO; FUKS, 2020).

As medidas e os condicionantes da tolerância política levantam a questão: a que grupo ela estaria direcionada? Ednaldo e Borba (2019) tratam dos primeiros estudos sobre tolerância política nos Estados Unidos, que buscavam analisar como o comunismo era visto como uma ameaça ideológica singular e se os direitos políticos de grupos associados a esse movimento eram aceitos ou não. Os autores ponderaram, contudo, que os pesquisadores não deveriam apenas nomear os grupos e questioná-los diretamente, mas também realizar perguntas aos cidadãos que se opunham a esses grupos. O intuito seria entender os motivos para a oposição, discordância ou rejeição e, a partir disso, examinar como grupos, como o dos comunistas, percebiam o respeito aos seus direitos políticos e posicionamentos.

Portanto, a análise dos indicadores de tolerância política e a sua evolução ao longo do tempo fornecem informações valiosas sobre como as mudanças nas atitudes sociais estão ligadas às percepções acerca de grupos específicos, como os produtores rurais, aqui estudados (RIBEIRO; BORBA, 2019). Assim, a discussão proposta busca compreender as percepções sobre a liberdade de manifestação dos produtores rurais e os impactos da tolerância política na capacidade de convivência entre grupos ideologicamente opostos (FUKS; RIBEIRO; BORBA, 2021).

Ao analisar a tolerância política, especialmente no Brasil, percebe-se uma dimensão pouco explorada na cultura política democrática. Nesse contexto, o comportamento político define a tolerância política como uma atitude que reconhece e respeita o direito político de grupos com opiniões divergentes. Assim, a tolerância política se diferencia tanto da tolerância social quanto do preconceito, pois vai além de estereótipos negativos associados a características físicas ou elementos culturais de determinados grupos (RIBEIRO; FUKS, 2019).

Conforme os avanços das literaturas, torna-se notável a compreensão das possíveis causas que levam determinados grupos sociais a serem mais tolerantes do que outros. Fatores como autoestima e conhecimento social contribuem para comportamentos mais tolerantes. Além disso, indivíduos com perfis liberais tendem a demonstrar maior tolerância. Como discutido por Ribeiro e Fuks (2020), entender a tolerância em relação ao discurso dos produtores rurais pode revelar degradações importantes sobre o equilíbrio democrático e a convivência pacífica entre grupos ideologicamente divergentes.

A análise também revelou o papel da mídia e das redes sociais na amplificação das divisões, disseminando narrativas polarizadoras que dificultam o diálogo. No entanto, há reconhecimento crescente sobre a importância de soluções integradas que conciliem desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental, como a adoção de práticas agrícolas regenerativas e inovação tecnológica no campo.

É essencial pensar nos meios de mitigar os efeitos da desinformação nos meios tradicionais e nas mídias digitais. De acordo com Genesini [2018], as mídias e redes sociais, cada vez mais presentes, amplificam, via internet, o crescimento de quaisquer tipos de informações, incrementando também os efeitos da desinformação, pelo mesmo viés de impacto social. De acordo com Rodrigues (2020), a formação da opinião pública no Brasil é impactada por aspectos culturais, sociais e econômicos, sendo também influenciada pela mídia, tanto tradicional quanto digital, que frequentemente orienta os debates políticos e sociais com perspectivas direcionadas (MARQUES; OLIVEIRA; FRANÇA, p. 9, 2023).

Neste contexto, a tolerância política relacionada ao agronegócio ganha relevância. Esse setor, essencial para a economia nacional, recebe investimentos governamentais que impulsionam sua expansão tecnológica, especialmente na monocultura. Porém, é frequentemente envolvido em controvérsias ambientais decorrentes da agricultura e pecuária, mais precisamente, quando se trata de insumos como a água, a aplicação de agrotóxicos e fertilizantes, a produção de gás metano e um desmatamento desenfreado, principalmente em áreas de vegetação (Gomes, 2019).

O estudo tem como finalidade analisar como a opinião pública vê o direito de manifestação dos produtores do agronegócio e como essa percepção afeta a tolerância política entre diferentes grupos sociais e ideológicos. Compreender essa relação é essencial não apenas para o fortalecimento da democracia, mas também para o desenvolvimento de políticas públicas que promovam o diálogo e conciliem crescimento econômico e sustentabilidade ambiental.

Neste artigo, buscaremos discutir as hipóteses centrais que norteiam a investigação. Primeiramente, com base na literatura existente, formulamos a Hipótese 1 (H1): “Há diferenças significativas entre os grupos ideológicos do público brasileiro no que diz respeito à tolerância aos direitos de manifestação do agronegócio”. Assim, espera-se com nossa análise dizer se existe divergências entre grupos ideológicos.

3. METODOLOGIA

A pesquisa “Avaliação do Presidente Jair Bolsonaro 8 Meses” foi realizada pelo Datafolha, em 19 de agosto de 2019, os dados da pesquisa estão disponíveis na base do Centro de Estudos de Opinião Pública da UNICAMP - CESOP. Com um universo de pesquisa de eleitores de 16 anos ou mais, e um tamanho de amostra de 2878 pessoas. Para analisar as evidências da opinião pública acerca do agronegócio e buscando compreender como a população brasileira o analisa e o valora, foram escolhidas duas questões.

A primeira questão, busca entender se a população brasileira concorda ou discorda da seguinte assertiva: “O agronegócio brasileiro precisa de mais espaços para produzir e deve ocupar áreas de florestas que hoje são preservadas”. As alternativas foram as seguintes: “1 Concorda totalmente, 2 Concorda em parte, 3 Nem concorda/Nem discorda, 4 Discorda em parte, 5 Discorda totalmente, 6 Não sabe”.

A segunda questão, também baseada na concordância com uma assertiva: “O agronegócio brasileiro se preocupa com o meio ambiente”. As respostas propostas aos entrevistados são: “1 Concorda totalmente, 2 Concorda em parte, 3 Nem concorda/Nem discorda, 4 Discorda em parte, 5 Discorda totalmente, 6 Não sabe.

As duas questões acima serão utilizadas com fins descritivos, tendo em vista um mapeamento preliminar sobre a opinião pública acerca do agronegócio. ¹

¹ DATAFOLHA. Questão 1. Código: p31ac. Questão 2. Código: p31ad.

Por outro lado, os dados da Pesquisa de Valores Ambientais e Atitudes sobre a Amazônia/PVAAA (Ribeiro, 2024), são mobilizados com fins inferenciais. A PVAAA foi conduzida entre abril e maio de 2024, abrangendo uma amostra nacionalmente representativa de 1.789 entrevistas. A pesquisa teve como universo a população brasileira com 16 anos ou mais. O trabalho de campo foi realizado por dois métodos: CATI (Entrevista Telefônica Assistida por Computador): 1.551 entrevistas (86,70%). Presencial, em domicílio: 238 entrevistas (13,30%), realizadas em quatro estados (Pará, Sergipe, Minas Gerais e Paraná). A coleta seguiu critérios de estratificação baseados em sexo, idade, região e porte do município (capital, região metropolitana e interior).

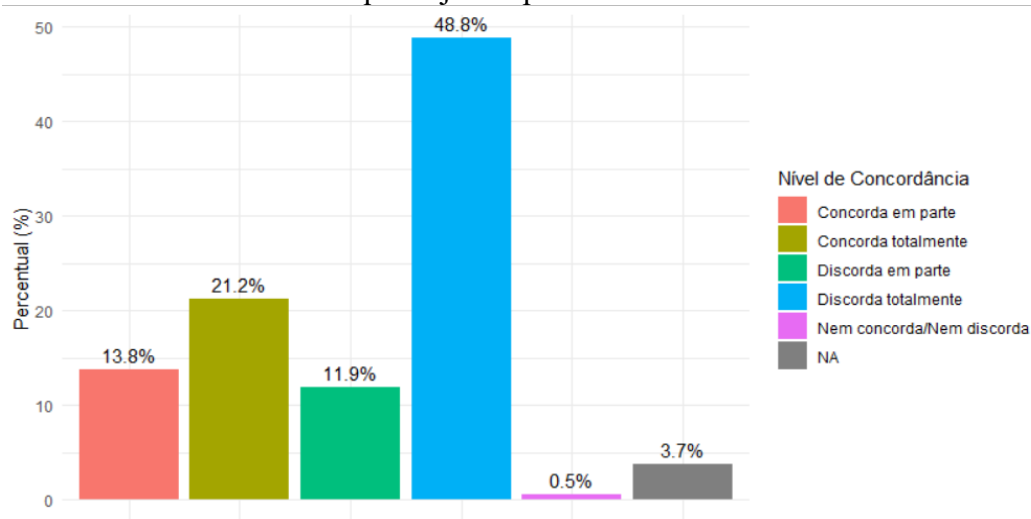
Na PVAAA, foi escolhida a questão que trata sobre tolerância política, que tem como objetivo verificar se a população brasileira aprova ou não aprova o direito de manifestações públicas dos produtores rurais do agronegócio. Essa questão busca avaliar como os respondentes enxergam a liberdade de expressão dos produtores do agronegócio durante manifestações: “Sobre o direito de produtores do agronegócio expressarem suas opiniões em manifestações, você diria que: aprova fortemente; aprova; não aprova nem desaprova; desaprova; desaprova fortemente”. Para fins de simplificação, foi utilizada uma versão com três categorias, na qual as duas alternativas de aprovação foram agregadas em uma só – procedimento similar também foi feito para as de desaprovação.

Serão elaborados cruzamentos e testes de hipóteses com a variável de autopoicionamento ideológico. Especificamente, a PVAAA mensura tal conceito numa escala de 1 a 7, onde 1 é mais à esquerda e 7 mais à direita. Aqui será utilizada uma versão categórica da variável ideológica, na qual os escores “1” e “2” da escala original serão recodificados como “esquerda”, os de “3” a “5” serão nomeados de “centro” e os demais ficarão com a categoria “direita”.

4. RESULTADOS

4.1 Dados descritivos

Gráfico 1 – Concordância com a assertiva “O agronegócio [...] deve ocupar áreas de florestas que hoje são preservadas”.

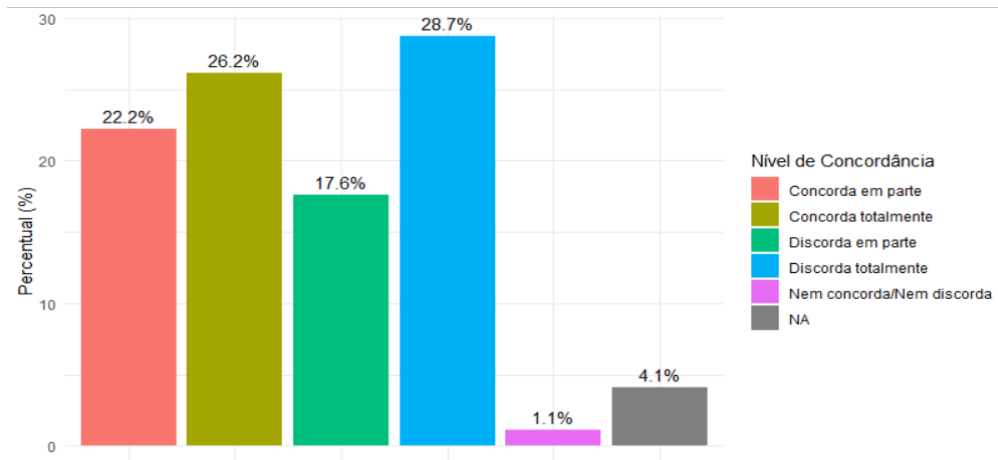


Fonte: Datafolha (2019); Elaboração própria.

O gráfico 1, apresenta os percentuais de concordância e discordância em relação à ideia de que o agronegócio deve ocupar áreas de florestas atualmente preservadas. 48,8% dos entrevistados discordam totalmente dessa afirmação, já 21,2% concordam totalmente, 13,8% concordam em parte, 3,7% não concordam e também não discordam, e 0,5% dos entrevistados não souberam responder.

Os dados indicam que a maioria dos entrevistados (48,8%) discorda totalmente da ideia de que o agronegócio deve ocupar áreas de floresta preservadas. Em contrapartida, apenas 21,2% concordam totalmente com essa afirmação. O domínio da discordância sugere uma visão mais conservacionista entre os entrevistados, que parecem valorizar a preservação ambiental frente à expansão do agronegócio.

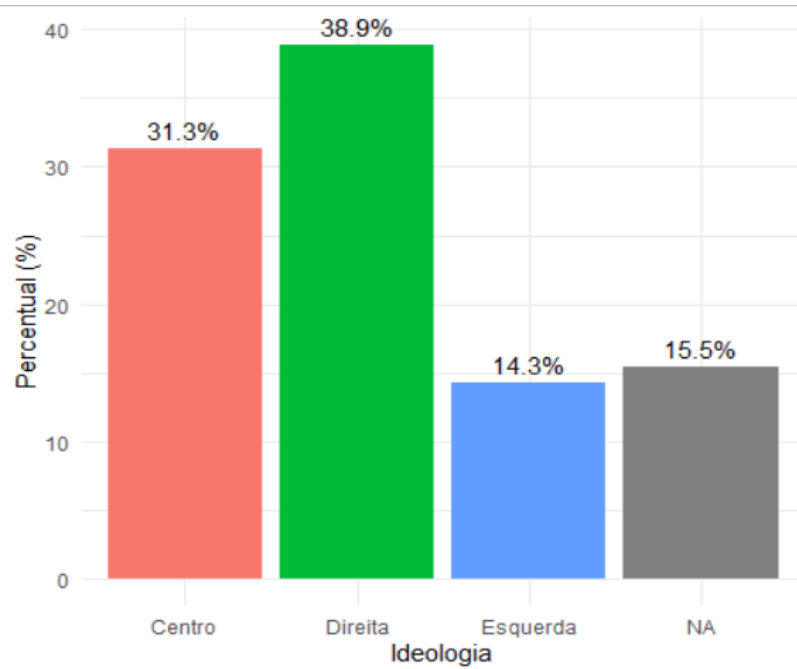
Gráfico 2 – Concordância com a assertiva “O agronegócio [...] se preocupa com o meio ambiente”.



Fonte: Datafolha (2019); Elaboração própria.

O gráfico 2, mostra a distribuição dos percentuais de concordância e discordância em relação à percepção de que o agronegócio brasileiro se preocupa com o meio ambiente. Entre os respondentes, 28,7% discordam totalmente dessa afirmação, enquanto 26,2% concordam totalmente. Além disso, 22,2% afirmam concordar em parte, ao passo que 17,6% discordam em parte. Um grupo menor, de 4,1%, declarou não concordar nem discordar.

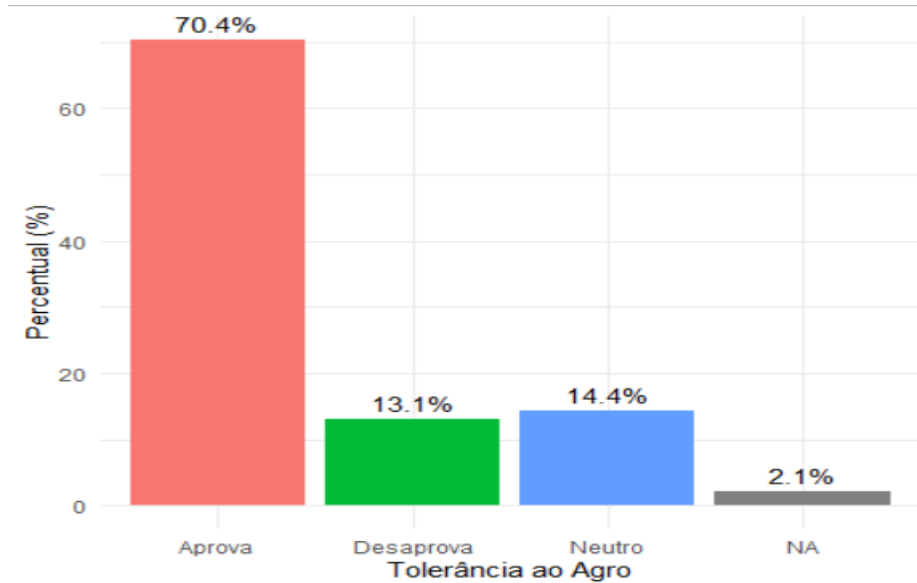
Por fim, 1,1% dos entrevistados não souberam ou preferiram não responder. Os dados mostram que há uma divisão significativa na percepção sobre o agronegócio e o meio ambiente. Enquanto 28,7% discordam totalmente da afirmação, uma parcela quase equivalente de 26,2% concorda totalmente. Esse equilíbrio sugere que a opinião pública está polarizada sobre o tema, com grupos que reconhecem o agronegócio como ambientalmente responsável e outros que o veem de forma crítica.

Gráfico 3 – Categorias de autoposicionamento ideológico PVAAA.

Fonte: Ribeiro (2024); Elaboração própria.

O gráfico 3, apresenta a distribuição percentual do autoposicionamento ideológico dos respondentes na pesquisa PVAAA. Os dados indicam que a maior parcela dos entrevistados se identifica com a direita, representando 38,9% do total. Em seguida, 31,3% dos respondentes se classificam no centro do espectro ideológico.

Já aqueles que se posicionam à esquerda correspondem a 14,3% dos entrevistados. Além disso, 15,5% dos participantes não souberam ou preferiram não responder (NA). Esses dados indicam uma inclinação de visões mais alinhadas ao centro e à direita na amostra, o que pode influenciar percepções sobre temas políticos e econômicos abordados na pesquisa.

Gráfico 4 – Tolerância aos direitos de manifestação do agronegócio.

Fonte: Ribeiro (2024); Elaboração própria.

O gráfico 4, apresenta os percentuais de tolerância da população em relação ao direito de manifestação dos produtores do agronegócio. A maioria dos entrevistados, 70,4%, aprova o direito de protesto desse grupo. Por outro lado, 13,1% desaprovam esse direito, enquanto 14,4% adotam uma posição neutra, ou seja, não aprovam nem desaprovam. Além disso, 2,1% dos respondentes não souberam ou preferiram não responder (NA).

Esses dados indicam que há um amplo apoio à liberdade de manifestação dos produtores do agronegócio, refletindo uma visão majoritariamente favorável à expressão política desse setor. Entretanto, a existência de uma parcela que desaprova ou se mantém neutra sugere que ainda há percepções divergentes sobre a legitimidade dessas manifestações na sociedade.

4.2 Cruzamentos e teste de hipóteses.

Tabela 1 – Aprovação direitos de manifestação do agronegócio por ideologia.

Ideologia	Aprova	Neutro	Desaprova	Total
Esquerda	57,21	18,79	24,00	100
Centro	68,97	18	13,03	100
Direita	80,42	10,82	8,76	100

$$X^2 = 65.65, p\text{-valor} = 0$$

Fonte: Ribeiro (2024); Elaboração própria.

A tabela apresenta a distribuição da aprovação do direito de manifestação do agronegócio de acordo com o autoposicionamento ideológico dos entrevistados. Entre aqueles que se identificam com a esquerda, 57,21% aprovam esse direito, enquanto 18,79% se mantêm neutros e 24% desaprovam. No grupo do centro, 68,97% demonstram apoio, 18% adotam uma posição neutra e 13,03% desaprovam. Já entre os entrevistados que se posicionam à direita, a aprovação é mais expressiva, alcançando 80,42%, enquanto 10,82% se dizem neutros e apenas 8,76% desaprovam.

O teste qui-quadrado ($X^2 = 65,65$, p-valor = 0) mostra que há uma relação significativa entre ideologia e opinião sobre esse tema. Os dados deixam claro que quem se identifica mais com a direita tende a apoiar mais a liberdade de manifestação do agronegócio, enquanto quem está mais à esquerda tem uma taxa maior de desaprovação. Isso sugere que a visão sobre os protestos do agronegócio está diretamente ligada à posição política ideológica desses indivíduos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo investigou a relação entre o agronegócio, a ideologia política e a tolerância a opiniões divergentes, analisando como diferentes segmentos do setor agropecuário se posicionam politicamente e de que forma esses posicionamentos influenciam sua tolerância. Para isso, utilizou-se uma abordagem metodológica quantitativa, baseada na aplicação de questionários estruturados a um grupo representativo de produtores rurais, além da análise de dados da pesquisa Datafolha de 2019 sobre a percepção pública do agronegócio.

Os resultados evidenciaram uma forte correlação entre a posição ideológica e os níveis de tolerância política. Setores mais alinhados a uma ideologia conservadora tendem a apresentar menor tolerância a perspectivas opostas, enquanto grupos progressistas demonstram maior preocupação com os impactos ambientais do agronegócio. Essa polarização ressalta a necessidade de um debate mais equilibrado, que integre desenvolvimento econômico e sustentabilidade de forma menos ideologizada. O mapeamento de opinião pública indicou que essa divisão é amplamente confirmada pelos dados da pesquisa Datafolha, na qual grupos conservadores destacam a importância econômica do agronegócio, enquanto setores progressistas enfatizam os riscos ambientais associados à atividade.

A partir dos dados coletados e do teste de hipótese realizado, foi possível confirmar parcialmente a H1. Verificou-se que a maioria dos produtores rurais conservadores expressa uma visão positiva sobre o agronegócio e acredita que o setor deve ter mais espaço para produzir, mesmo que isso implique na ocupação de áreas de floresta. Por outro lado, produtores de perfil progressista demonstraram maior preocupação com a sustentabilidade e com os impactos ambientais do setor. Além disso, os dados indicaram uma correlação negativa entre ideologia conservadora e tolerância política, visto que produtores conservadores apresentaram menor aceitação de visões contrárias, enquanto progressistas mostraram maior abertura ao diálogo.

É necessário considerar o período em que ambas as pesquisas utilizadas neste estudo foram realizadas. A pesquisa Datafolha, conduzida em 2019, ocorreu durante o governo Bolsonaro, enquanto a PVAAA, realizada em 2024, foi conduzida no governo Lula. As diferenças entre esses contextos políticos podem influenciar diretamente os resultados obtidos, tornando essencial analisar o momento específico de cada pesquisa. Cada administração adota políticas e métodos distintos, impactando a percepção da sociedade sobre o agronegócio. Enquanto o governo Bolsonaro focou em reformas econômicas e medidas mais severas, o governo Lula priorizou investimentos sociais e ampliação de programas de redistribuição de renda. Além disso, eventos como a pandemia da COVID-19, mudanças econômicas globais e crises políticas internas entre 2019 e 2024 podem ter afetado a forma como a população responde às pesquisas, dificultando comparações diretas entre os dados coletados em cada período.

Outro aspecto crucial é a metodologia utilizada em cada pesquisa. Diferenças no tamanho da amostra, na formulação das perguntas e na abordagem dos entrevistados podem gerar variações nos resultados. Caso haja discrepâncias metodológicas entre o Datafolha e a PVAAA, é fundamental analisá-las cuidadosamente antes de tirar conclusões sobre mudanças na opinião pública.

Este trabalho buscou dialogar com estudos anteriores que exploram a relação entre agronegócio e política, confirmando algumas tendências já identificadas na literatura e apresentando novas descobertas. Os achados validam estudos como o de Ribeiro e Fuks (2019), que apontam para a influência da ideologia na percepção do setor agropecuário. Por outro lado, os resultados divergem de pesquisas como as de Bittencourt, Romano e Castilho (2022) e de alguns dados do CEPEA (2022) sobre o crescimento econômico do agronegócio, indicando que

a polarização ideológica pode ter um papel mais relevante na percepção do setor do que se imaginava.

Além de confirmar achados já presentes na literatura, este estudo trouxe novos elementos para o debate, ao identificar uma relação negativa entre ideologia conservadora e tolerância política. Enquanto a literatura existente enfatizava as divergências entre os grupos políticos, os resultados deste estudo indicam que essa divisão se manifesta não apenas em diferenças de opinião, mas também em uma menor aceitação de visões contrárias por parte dos conservadores. Essa descoberta reforça a compreensão da polarização política, especialmente no contexto rural, onde a identidade ideológica pode influenciar tanto a visão econômica quanto à disposição para o diálogo.

Apesar das contribuições significativas, algumas questões permaneceram sem resposta devido a limitações metodológicas. Aspectos como o impacto da comunicação e da mídia na percepção do agronegócio, as formas de reduzir a polarização sobre o tema e a influência das políticas públicas ainda exigem investigações mais aprofundadas. A pesquisa não pôde mensurar detalhadamente como políticas governamentais poderiam equilibrar o desenvolvimento do setor com a sustentabilidade, reforçando a necessidade de novos estudos que explorem os mecanismos que moldam a opinião pública e os desafios para um debate mais construtivo entre diferentes grupos ideológicos.

Contudo, os achados deste trabalho destacam tendências relevantes que podem orientar futuras pesquisas e formulações estratégicas. A influência da ideologia política na percepção do agronegócio e na tolerância política se mostrou um fator determinante, apontando para a importância de estratégias que incentivem um diálogo mais equilibrado entre os diversos segmentos da sociedade. Além disso, compreender melhor o papel da comunicação e da mídia pode ser essencial para reduzir a polarização e promover práticas sustentáveis dentro do setor.

Dessa forma, este estudo não apenas contribui para a compreensão das relações entre política e agronegócio, mas também sugere caminhos para aprofundamentos futuros que auxiliem na construção de políticas públicas eficazes. Ao evidenciar os desafios e oportunidades desse debate, os resultados obtidos reforçam a necessidade de iniciativas que conciliem desenvolvimento econômico, preservação ambiental e uma sociedade mais aberta ao diálogo e à cooperação.

6. Referências bibliográficas.

CESOP-DATAFOLHA. AVALIAÇÃO DO PRESIDENTE JAIR BOLSONARO 8 MESES. 2019. Disponível em: https://www.cesop.unicamp.br/vw/1IMr6R6MwNQ_MDA_a09c0_/TF_04717.pdf. Acesso em: 28 mar. 2025.

PPGCP UFPA. Pesquisa de Valores Ambientais e Atitudes sobre a Amazônia - PVAAA. YouTube, 30 jul. 2024. 1h 15min. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Db3_Gxmx960. Acesso em: 16 out. 2024.

ANDRADE, C. T. S. Para Entender Relações Públicas. 3a. ed. **Loyola:** São Paulo, p. 15-22, 1983

ALMEIDA, F.T; ANDRELO, Roseane. Controlar, Persuadir ou Ouvir? reflexões sobre opinião pública e a campanha “Agro: a Indústria-Riqueza do Brasil”, sob a ótica das Relações Públicas. **ABRAPCORP.** p. 1-13, maio, 2019. Disponível em: [http://abrapcorp2.org.br/site/manager/arq/\(cod2_22680\)FernandaAlmeida_RoseaneAndrelo_GT4_Abrapcorp2019.pdf](http://abrapcorp2.org.br/site/manager/arq/(cod2_22680)FernandaAlmeida_RoseaneAndrelo_GT4_Abrapcorp2019.pdf). Acesso em: 21 de fev. 2025.

ARGON, Alexandre; GONÇALVES, Patrícia. Ideologia e polarização política no Brasil: origens, causas e consequências. **Revista Humanidades em Perspectivas**, Curitiba, v. 4, n. 8, p. 107-120, 2022.

BARROS, G. S. de C. Agronegócio: conceito e evolução. **CEPEA-ESALQ/USP**, 1-10, jan. 2022. Disponível em: https://cepea.esalq.usp.br/upload/kceditor/files/agro%20conceito%20e%20evolu%C3%A7%C3%A3o_jan22_.pdf. Acesso em: 16 out. 2024.

BOURDIEU, P. A Opinião Pública Não Existe. In: THIOLENT, M. **Crítica Metodológica, investigação social e enquete operária.** São Paulo: Polis, 1981. p. 137-151. (Extraído de Les Temp Modemes, no 318, jan. 1973, p. 1292-1304.) Tradução de Ruth Joffily Dias. Disponível em: <http://evoluieducacional.com.br/wp-content/uploads/2012/08/21979592-Bourdieu-A-opinio-publica- nao-existe.pdf>.

BITTENCOURT, Thaís Ponciano; ROMANO, Jorge Osvaldo; CASTILHO, Ana Carolina Aguiar Simões. **O discurso político do agronegócio.** Revista Tamoios, São Gonçalo (RJ), v. 18, n. 1, p. 186-207, jan. /Jun. 2022.

CASTRO, Nicole Rennó. Afinal, quanto o agronegócio representa no PIB brasileiro? **Cepea/Esalq/USP**, 5 out. 2022. Disponível em: https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opinio- cepea/afinal-quanto-o-agronegocio-representa-no-pib-brasileiro.aspx#_ftnref8. Acesso em: 21 jan. 2025.

CHAUÍ, Marilena. O que é Ideologia? São Paulo: Brasilense, 2008.

GOMES, Cecília Siman. Impactos da expansão do agronegócio brasileiro na conservação dos recursos naturais. **Cadernos do Leste: Artigos Científicos**, Belo Horizonte, v. 19, n. 19, p. 1-16, jan./dez. 2019.

FERREIRA, Fernanda Vasques. Raízes históricas do conceito de opinião pública em comunicação. **Em Debate**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p. 50-68, jan. 2015.

FUKS, Mario; RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Polarização, antipartidarismo e tolerância política no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, p. e009, 2021.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio P. Sociedade e economia do agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, 2010.

LOURENÇO, J.C; LIMA, C.E.B. Evolução do agronegócio brasileiro, desafios e perspectivas. In: **Observatório de la Economía Latinoamericana**, nº 118. 2009. Disponível em <http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/>. Acessado em 01/21/2025.

MARQUES, F. P. **Informação e opinião pública: desafios na era digital**. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2021.

MARQUES, Rodolfo Silva; OLIVEIRA, Ivana Cláudia Guimarães de; FRANÇA NETO, Mário Camarão. Os desafios do combate à desinformação no Brasil: modalidades e perspectivas. **Journal of Science Communication – América Latina**, v. 6, n. 1, p. 1-15, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22323/3.06010207>. Acesso em: 4 jan. 2025.

PRESTES, Andréia Ferreira; DALLA CORTE, Greice Moraes; CATTELAN, Renata; MORAES, Marcelo Lopes de. Impacto do agronegócio no desenvolvimento sustentável paraense. **Revista de Política Agrícola**, ano XXVII, n. 3, p. 1-17, jul./ago./set. 2018.

POMPÉIA, Caio. Concertação e poder: o agronegócio como particularidades políticas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, 2020.

RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Tolerância política no Brasil recente: evolução de indicadores e condicionantes. **Caderno CRH**, v. 32, n. 87, p. 641-657, 2019.

RIBEIRO, Ednaldo; FUKS, Mario. Tolerância política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 25, p. 531-555, 2019.

RIBEIRO, Gustavo César M. Pesquisa de Valores Ambientais e Atitudes sobre a Amazônia. [Banco de Dados]. Belém: Universidade Federal do Pará, 2024.

RODRIGUES, L. M. **Opinião pública no Brasil: entre a mídia e a democracia**. São Paulo: Editora Vozes, 2020.